



Referência - Revista de Enfermagem

ISSN: 0874-0283

referencia@esenfc.pt

Escola Superior de Enfermagem de

Coimbra

Portugal

de Souza Baptista, Suely; de Almeida Filho, Antonio José; Corrêa Barbosa, Thais Silva;
Xavier, Maria Lelita

Nexos entre o contexto histórico e a expansão do número de cursos superiores de
Enfermagem nas regiões Sudeste e Sul do Brasil

Referência - Revista de Enfermagem, vol. III, núm. 1, julio, 2010, pp. 73-80
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Coimbra, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388239960009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Nexos entre o contexto histórico e a expansão do número de cursos superiores de Enfermagem nas regiões Sudeste e Sul do Brasil

Connections between the historical context and increase in the number of nursing schools in Southeast and Southern Brazil

Nexos entre el contexto histórico y la expansión del número de cursos superiores de Enfermería en las regiones sureste y sur de Brasil

Suely de Souza Baptista*; Antonio José de Almeida Filho**;
Thais Silva Corrêa Barbosa***; Maria Lelita Xavier****

Resumo

Estudo de cunho histórico-social apresenta como objectivos de pesquisa: levantar o número de cursos superiores de enfermagem, em funcionamento, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, ao final do ano de 2007; comparar o número de cursos vinculados a instituições públicas aos vinculados a instituições privadas, nas regiões em estudo; e discutir os nexos entre o contexto histórico e a configuração desses cursos no que se refere à vinculação institucional. As fontes primárias da pesquisa foram colhidas no site do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira no ano de 2008, categorizadas e tratadas estatisticamente. As fontes secundárias que respaldaram a discussão dos resultados incluem: relatórios de pesquisa, recortes de jornais, artigos, livros, dissertações, teses de doutorado e sites que abordam a temática em estudo. A análise comparativa dos dados evidenciou a importância das políticas governamentais para o crescimento das instituições privadas na formação do enfermeiro.

Palavras-chave: enfermagem; história da enfermagem; escolas de enfermagem.

Abstract

The aim of this historical and social study was to: survey the number of nursing schools in south and southeast Brazil at the end of 2007; compare the number of courses linked to public institutions with those linked to private institutions in these regions; discuss the links between the historical context and the structure of these courses with regard to institutional affiliation. The primary research data were collected at the site of the Anísio Teixeira National Institute of Education and Research, and were categorized and statistically analyzed in 2008. The secondary sources that supported the study outcomes comprised: research reports, newspaper clippings, articles, books, theses, doctoral dissertations and websites addressing this topic. Comparative analysis of the data showed the importance of government policies aiming at the growth of private institutions dedicated to nursing education.

Keywords: nursing; history of nursing; schools of nursing.

Resumen

Estudio de cuño histórico-social que presenta como objetivos de investigación: inventariar el número de los cursos superiores de enfermería, en funcionamiento, en las regiones sureste y sur de Brasil, a finales de 2007; comparar el número de cursos ligados a instituciones públicas y ligados a instituciones privadas, en las regiones referidas; y discutir las conexiones entre el contexto histórico y la configuración de esos cursos en lo que se refiere al vínculo institucional. Las fuentes primarias de investigación fueron recolectadas en el sitio del Instituto Nacional de Educación e Pesquisa Anísio Teixeira, en el año 2008, clasificadas y tratadas estadísticamente. Las fuentes secundarias que respaldaron la discusión de los resultados incluyen: informes de investigación, recortes de periódicos, artículos, libros, dissertaciones, tesis doctorales y sitios de internet que abordan el tema en estudio. El análisis comparativo de los datos evidenció la importancia de las políticas gubernamentales en el aumento de las instituciones privadas en la formación del enfermero.

Palabras clave: enfermería; historia de la enfermería; escuelas de enfermería.

* Doutora em História da Enfermagem. Professora do Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEAN/UFRJ). Membro fundador do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras). Rio de Janeiro. Brasil. [suelybaptista@openlink.com.br]

** Doutor em História da Enfermagem. Professor Adjunto da EEAN/UFRJ. Pesquisador do Nuphebras. Líder do Grupo de Pesquisa "A trajetória do cuidado de enfermagem nos cenários especializados". Rio de Janeiro. Brasil. [ajafilho@terra.com.br]

*** Mestre em História da Enfermagem pela EEAN/UFRJ. Membro do Nuphebras. Tenente Enfermeira do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil. [thaisbj@yahoo.com.br]

**** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da EEAN/UFRJ; Membro do Nuphebras. Professora do Curso de Enfermagem da UniverCidade. Rio de Janeiro Brasil. [lely108@hotmail.com]

Recebido para publicação em: 17.03.10

ACEITE PARA PUBLICAÇÃO EM: 22.04.10

Considerações Iniciais

O objecto desta pesquisa é a trajectória de crescimento do número de cursos superiores de enfermagem nas regiões Sudeste e Sul do Brasil entre os anos de 2000 e 2007. Este recorte temporal justifica-se pelo facto de já contarmos com resultados acerca do assunto, referente à série histórica 1890-1999. Cabe dizer que em estudos anteriores discutimos a temática ora abordada nos seguintes cenários geográficos: regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, no período de 2000 a 2004. Com isso entendemos que o recorte espacial agora seleccionado se explica pelo facto de serem as regiões Sul e Sudeste as que apresentam o maior desenvolvimento económico do nosso país. E também, porque esta condição vem determinando um elevado investimento do sector privado e, portanto, a maior concentração numérica dos cursos superiores de enfermagem brasileiros.

Necessitamos retroceder à década de 60, do século passado, para contextualizar o objecto da pesquisa. Com relação aos cursos de enfermagem, até o final da década de 60, havia 39 cursos superiores no Brasil. Destes, 19 estavam localizados no Sudeste (48,7%); 9 no Nordeste (23,1%); 6 no Sul (15,4%); 3 no Centro-Oeste (7,7%) e 2 no Norte do país (5,1%) (INEP, 2008). De acordo com os dados da *Evolução das estatísticas do ensino superior no Brasil*, do Ministério da Educação e do Desporto (MED), a expansão do sector privado de ensino superior nos anos 60 e 70 ocorreu de forma discreta, localizada e quase restrita às regiões Sudeste e Sul do país; regiões estas mais urbanizadas e economicamente mais desenvolvidas (Sampaio, 2000).

Neste período estava em pauta, dentre outras coisas, a reformulação de todo o sistema de ensino do país, mas tinha especial destaque a reforma da universidade. Como principais factores que favoreceram o crescimento do número de cursos superiores de enfermagem no Brasil, em especial nas regiões em estudo, entre os anos de 70 e 90, destacamos: a Lei da Reforma Universitária de 1968 (RU/68); o programa do Departamento de Assuntos Universitários, do Ministério da Educação e Cultura (DAU/MEC); e o programa Crédito Educativo – CREDUC, denominado PROCRED na região Sul do país. Também destacamos a permeabilidade dos estabelecimentos privados às transformações sociais impostas pelo Estado e regidas pela sociedade – tendo como pano de

fundo a Constituição Federal (CF) de 1988 que criou instrumentos que influenciaram na actuação do Conselho Federal de Educação (CFE), permitindo assim o funcionamento de um número cada vez maior de faculdades isoladas e privadas. Ainda mais, em seu artigo 213, a CF de 1988 permite a concessão de verbas públicas para as escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Outro factor que influenciou esta expansão foi a política neoliberal desenvolvida inicialmente no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), a qual teve continuidade nos governos de Itamar Franco (1992-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Esta política oferecia incentivos ao sector privado uma vez que as obrigações do Estado iam sendo transferidas para o capital privado, implementando assim o chamado “Estado Social Mínimo” (Soares, 1999).

Na segunda metade da década de 90, podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que ainda hoje rege o ensino superior brasileiro. Esta Lei concedeu uma certa autonomia universitária que segundo o entendimento dos empresários da educação representa liberdade para a criação de novos cursos e formatação dos “tradicionais”, uma vez que os critérios estabelecidos para a aprovação de cursos são extremamente facilitadores.

Com maiores facilidades e incentivos, o sector da educação privada passa a crescer e o que se observa é um aumento progressivo do número de cursos superiores, dentre os quais os de enfermagem, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Tanto que, no final da década de 90, existiam em funcionamento no Brasil, 152 cursos superiores de enfermagem assim distribuídos: 70 no Sudeste (46%); 37 no Sul (24%); 28 no Nordeste (19%); 9 no Centro-Oeste (6%); e 8 no Norte (5%) (INEP, 2008). Cabe destacar que do início da década de 70 ao ano de 1999, ou seja, durante trinta anos, houve um aumento de 113 cursos superiores de enfermagem, concentrando-se no Sudeste 45% deles e no Sul 27,4% dos mesmos. Isto equivale a dizer que, juntas, estas duas regiões concentraram a grande maioria (72,4%) destes 113 cursos que entraram em funcionamento.

No dia primeiro de Janeiro de 2003, tomou posse como presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva. Este, a princípio, posicionava-se contra as políticas neoliberais. Porém, o que se vê é que o governo é muito similar ao anterior e encontra alguma antipatia

por parte de alguns antigos militantes do Partido dos Trabalhadores (partido político de origem do Presidente Lula) os quais esperavam medidas mais radicais por parte do presidente. Diz-se que Lula não está fazendo muito mais do que os presidentes que tanto criticou e que o antecederam (Wikipédia, 2006).

Entre os anos de 2000 e 2007 o número de cursos superiores de enfermagem em funcionamento no Brasil cresceu ainda mais, passando de 152 para 655 cursos. Dos 655 cursos existentes, 329 (65,4%) estão localizados no Sudeste e 105 (20,9%) na região Sul do país. No final do ano de 2007, o Sudeste apresentava: 306 cursos vinculados à instituições privadas (93%) e 25 à instituições públicas (7%) e no Sul, 88 são privados (83,8%) e 17 públicos (16,2%) (INEP, 2008).

Ainda devemos acrescentar que o processo de expansão dos cursos de enfermagem no Brasil sofre influência directa das distintas características sócio-político-económica das diversas regiões. Como o foco desta pesquisa é a região Sudeste e a Sul, vejamos: a região Sudeste é a de maior população no país, contando com 78.472.017 habitantes, para uma área territorial de 924.511 km²; apresenta o mais alto índice de urbanização, ou seja, 90,5%; abriga as duas mais importantes metrópoles nacionais, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro; sendo sua economia a mais desenvolvida e industrializada entre as economias de todas as regiões brasileiras, nela se concentrando mais da metade da produção do país. Já a região Sul viu a sua economia transformar-se com o crescimento do sector industrial (o segundo do país, após a Região Sudeste) somente a partir da década de 90, principalmente devido à oferta de incentivos fiscais a empresas estrangeiras, sendo que esta região reúne os melhores indicadores nacionais em educação, saúde e qualidade de vida (Portal Brasil, 2005).

Para elucidarmos o objecto desta pesquisa delineamos os seguintes objectivos: levantar o número de cursos superiores de enfermagem, em funcionamento, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, ao final do ano de 2007; comparar o número de cursos vinculados a instituições públicas aos vinculados a instituições privadas, nas regiões em estudo; e discutir os nexos entre o contexto histórico e a configuração desses cursos no que se refere à vinculação institucional.

Metodologia

Trata-se de um estudo de cunho histórico-social, do tipo comparativo. As fontes primárias da pesquisa foram colhidas no site do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) - (www.inep.gov.br), durante o ano de 2008, categorizadas conforme definição do INEP e tratadas estatisticamente. As fontes secundárias que respaldaram a discussão dos resultados incluem: relatórios de pesquisa, recortes de jornais, artigos, livros, dissertações, teses de doutorado e sites que abordam a temática em estudo. E isto porque consideramos a realidade social, política e económica de determinada época como um todo articulado, atravessado por contradições específicas (Minayo, 2000). Cabe dizer que o projecto que deu origem a este artigo foi aprovado pelo Comité de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery/Universidade Federal do Rio de Janeiro em 31 de Maio de 2004.

Resultados e Discussão

Os cursos de Enfermagem nos últimos anos: 2000–2007

Após a observação do panorama do ensino superior brasileiro, percebemos que os cursos superiores nas regiões Sudeste e Sul se destacam por uma característica principal: a privatização. E esta realidade não foge à regra na carreira de enfermagem.

Foi assim que, ao final do ano de 2007, o Brasil contava com 655 cursos superiores de enfermagem em funcionamento. Um número bastante expressivo, principalmente quando comparado ao total de 152 cursos existentes no final da década de 90. Ou seja, de 2000 à 2007 – um período de apenas oito anos –, 503 novos cursos entraram em funcionamento em todo o Brasil, resultando num aumento de mais de 300%. A maior parte destes 503 cursos está concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Esse crescimento acentuado do número de cursos superiores de enfermagem, principalmente aqueles vinculados à iniciativa privada, ocorreu após a promulgação em 2001, da lei nº 10.172 de 2001, que se refere ao Plano Nacional da Educação (PNE), que destaca a importância do sector privado na oferta de vagas para atender a demanda de egressos do ensino

médio, defende a expansão do sector privado, desde que garantida a qualidade e reafirma o incentivo governamental às instituições comunitárias sem fins lucrativos.

Destacamos ainda a ampliação do programa de crédito educativo, defendido nas alíneas do PNE, como importante factor de influência na expansão dos cursos privados. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999 e o Programa Universidade Para Todos (ProUni), criado mais recentemente no governo de Luís Inácio Lula da Silva, têm participação importante na ampliação de vagas e cursos em estabelecimentos privados de ensino. O primeiro destina-se ao financiamento dos estudos daqueles que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação e o seu pagamento é efectuado após concessão de grau e consequente profissionalização do estudante. Já o segundo concede bolsas de estudo parciais ou integrais a estudantes de baixa renda. No entanto, cabe ressaltar que não sabemos ao certo o impacto dessas medidas para os cursos superiores de enfermagem.

No final do ano de 2007, a distribuição regional, no que se refere à dependência administrativa dos 434 cursos superiores de enfermagem em funcionamento no eixo Sudeste-Sul, era a seguinte: 206 (47,5%) vinculados a instituições privadas particulares, 106 (24,4%) a instituições privadas filantrópicas, 22 (5,1%) a instituições públicas federais, 18 (4,1%) a instituições públicas estaduais, 18 (4,1%) a instituições privadas comunitárias, 18 (4,1%) a instituições privadas comunitária-confessional-filantrópicas, 16 (3,7%) a instituições privadas comunitária-filantrópicas, 16 (3,7%) a instituições confessional-filantrópicas, 11 (2,5%) a instituições públicas municipais e 3 (0,7%) a instituições privadas confessionais. Diante destes dados podemos concluir que 177 (40,8%) das instituições que oferecem curso superior de enfermagem nas regiões Sudeste e Sul se enquadram no artigo 213 da Constituição Federal, ou seja, podem ser favorecidas com verbas públicas por serem instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Vale destacar que as instituições públicas municipais mencionadas foram tratadas neste estudo como instituições privadas, visto que instituem valores mensais para que os alunos tenham acesso ao ensino. Na verdade, tratam-se de autarquias municipais que

são definidas pelo decreto-lei nº 200/1967 como “serviço autónomo, criado por lei, com personalidade jurídica, património e receita próprios, para executar actividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

Analisemos agora a distribuição, entre as regiões em estudo, destes 655 cursos ao final do ano de 2007: a região Sudeste contava com 329 (50,2%); destes, 158 (48%) localizavam-se no estado de São Paulo; 112 (34%) em Minas Gerais; 45 (13,7%) no Rio de Janeiro; e 14 (4,3%) no Espírito Santo. Ao final do mesmo período, a região Sul detinha 105 (16%) cursos superiores de enfermagem. A localização destes 105 cursos era a seguinte: 46 (43,8%) localizados no estado do Paraná; 33 (31,4%) no estado do Rio Grande do Sul e 26 (24,7%) em Santa Catarina (INEP, 2008). Como se pode perceber, o Sudeste e Sul, ao final do ano de 2007, detêm 66,3% dos cursos superiores de enfermagem, em todo o Brasil, e ainda que, desde a implantação da Enfermagem Profissional no país, é a região Sudeste que concentra o maior número de cursos de enfermagem. Não há dúvida de que o total de cursos em funcionamento, em todo o Brasil, mais que triplicou durante o período em estudo. Ainda somamos o facto de que a grande maioria destes é submetida à rede privada.

Além do estado caótico em que se encontram as instituições públicas nas regiões em estudo, a ampla diferença dos cursos de enfermagem situados nas instituições particulares pode ser explicada também pelo facto destas procurarem atender à demanda de profissões que estão sendo mais requisitadas na actualidade, consequentemente, estão sempre abrindo novas vagas para cursos potencialmente importantes, ampliando assim sua área de actuação. Ou seja, os dados confirmam a principal vocação das unidades privadas: formar profissionais para o mercado de trabalho, enquanto que nas unidades públicas o ensino está voltado tanto para a formação profissional quanto para a formação de docentes e pesquisadores (Vieira *et al.*, 2005).

O facto é que o extraordinário aumento do número de cursos e a preponderância do ensino privado, principalmente no Sudeste e no Sul, são atribuídos ao facto de serem as duas regiões mais urbanizadas, industrializadas e economicamente mais desenvolvidas dentre as cinco regiões brasileiras. Estas características atraem o investimento maciço da

rede privada, uma vez que, no Brasil, os investimentos em educação são altamente produtivos e as regiões e grupos sociais que investem em educação são os que mais aumentam sua produtividade e mais conseguem atrair e fixar investimentos em benefício de suas regiões e de sua população (Schwartzman, 2005). Na actualidade, outros factores também considerados de maior importância, dentre os que propiciaram o crescimento do ensino superior, sobretudo o ensino privado, foram: a quase universalização do ensino fundamental; a expansão da escola secundária, promovendo o aumento das taxas de conclusão do ensino médio; as maiores exigências do mercado de trabalho por elevados níveis educacionais; o investimento governamental no ensino superior público cada vez mais reduzido; a pressão da clientela formada por adultos, que busca na formação superior melhores oportunidades de trabalho; o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES)^a, o Programa Universidade Para Todos (ProUni), outro incentivo dado pelo governo federal aos estudantes, a fim de financiar os seus estudos nas instituições privadas; e a Reforma Universitária, ainda em discussão.

Também não poderíamos deixar de citar os instrumentos legais que ainda regem o ensino superior brasileiro, são eles: a LDB de 1996, o PNE de 2001 e a CF de 1988.

No que diz respeito ao investimento na educação básica, não basta aumentar a escolaridade formal, melhorar os dados estatísticos, como se fez no Brasil nos últimos anos. É também de fundamental importância que seja elevada a qualidade e a efectividade da educação oferecida. E isto porque, para alguns autores, o sistema de progressão automática no ensino básico e a queda na exigência em todo o sistema escolar brasileiro estão a levar às portas da Universidade jovens que, não só não aprenderam muita coisa, como também não adquiriram sequer a disciplina e a capacidade de concentração necessária ao estudo (Arruda, 2004).

É nessas circunstâncias que grande parte desta parcela de jovens “despreparados” é absorvida pela rede privada e isto porque, a maioria destas instituições, facilita a sua forma de ingresso, exigindo conhecimento mínimo de cada candidato.

O Brasil que já passou por extensas reformas, ainda discute o actual projecto de reforma universitária proposto pelo MEC. Neste projecto, a atenção está

voltada ao item que se refere ao Programa Universidade para Todos – ProUni – que regulamenta a “compra” das vagas ociosas nas universidades particulares, destinando desta forma verba pública para salvar os empresários deste sector (Figueiredo, 2006).

A Reforma Universitária do Governo Lula já está sendo implementada à revelia de discussões com a sociedade, contrariando os anseios de boa parte dos Movimentos Sociais organizados (Figueiredo, 2006). O facto é que as Instituições de Ensino Superior privadas, ao tempo em que se expandem, aumentam a sua lucratividade devido a inúmeros benefícios concedidos pelo Estado, como por exemplo a isenção de impostos e a isenção da contribuição previdenciária patronal das instituições filantrópicas (Mata, 2006).

A mudança dos cenários da educação e as dificuldades daí decorrentes têm levado os diversos sectores da sociedade a questionar e cobrar mais intensamente da universidade pública os investimentos nela efectuados. A universidade pública tem contribuído para o desenvolvimento nacional através da formação de pessoal e da geração de conhecimento, mas é preciso fazer isto ainda mais e melhor. A defesa da universidade pública brasileira exige um projecto de excelência que demonstre, de maneira inequívoca, que é possível desempenhar o papel social esperado da universidade, efectiva e responsável, mantendo-se pública, gratuita e de qualidade (Cruz, 2005).

Não há como contestar a necessidade urgente da expansão do sistema de ensino superior público. Aumentar o número de matrículas neste sector é questão emergente e essencial para o desenvolvimento nacional. A actual estratégia baseada no aumento de vagas em escolas privadas não é moralmente aceitável, nem economicamente viável. Além disso, tem-se demonstrado academicamente desastrosa (Cruz, 2005).

Uma outra questão a ser considerada é com relação ao número de vagas oferecidas por região. Concentramos nossa discussão nas duas regiões em estudo e verificamos que o Sudeste oferece aproximadamente 65.249 vagas anuais para a carreira de enfermagem, das quais, apenas 1.445 (2,2%) pertencem à rede pública e 63.804 (97,8%) à rede privada. Nesta região, o estado de São Paulo, com 158 cursos, concentra a maior parte destas vagas anuais: 38.728 (59,35%), sendo 498 públicas (1,3%) e 38.230 privadas (98,7%).

Em segundo lugar está o estado de Minas Gerais, com 112 cursos, que oferece anualmente 13.753 (21,07%) vagas, sendo 383 públicas (2,8%) e 13.370 privadas (97,2%); seguido do Rio de Janeiro com 45 cursos e 11.138 (17,06%) vagas anuais, sendo 504 (4,5%) públicas e 10.634 (95,5%) privadas. O Espírito Santo com 14 cursos oferece anualmente 1630 (2,49%) vagas, destas 110 (6,7%) são públicas e 1520 (93,3%) privadas (INEP, 2008).

Já a região Sul oferece um total de 9.653 vagas anualmente, sendo 8.708 (90,2%) destas em instituições privadas e 945 (9,8%) em instituições públicas. A tendência invariável do sector privado também não passou despercebida nos dados da região Sul. O Paraná é o estado que detém o maior número de cursos e de vagas nesta região, pois oferece 4.997 vagas (51,8%), sendo que 4.546 (91%) estão na rede privada enquanto apenas 451 (9%) na rede pública. O Rio Grande do Sul oferece o total de 2.822 vagas (29,2%), destas 2.488 (88,2%) são privadas e somente 334 (11,8%) públicas. Por último, está o estado de Santa Catarina, oferecendo anualmente 1834 (19%) vagas, sendo 1674 (91,3%) privadas e 160 (8,7%) públicas (INEP, 2008).

Ao tempo em que avança a dominância do sector privado no ensino superior, aumentam as discussões acerca da qualidade deste ensino oferecido. Há quem diga que a velocidade com que o sector privado responde à demanda de massa leva, invariavelmente, à perda de sua qualidade (Geiger, 1986). A baixa qualidade do ensino na rede privada deve-se à ausência de mecanismos de controle, efectivamente eficazes, pelos órgãos do Estado e, no limite, à política de privatização dos diferentes governos com o objectivo de fazer expandir, sem ónus para o Estado, o sistema de ensino superior. Nesse quadro de omissão do Estado, o crescimento do sector foi orientado pelo mercado (Martins, 1989). Enfatiza-se a pressão do mercado como elemento determinante da expansão do ensino particular, independentemente ou não, da aprovação do Estado à iniciativa privada (Durham, 1993).

As exigências para a melhoria da qualidade do ensino oferecido são várias, basta citar que a LDB de 1996 estabeleceu que nas universidades, um terço dos professores deve ser mestre ou doutor; determinou ainda que um terço do quadro docente dessas instituições seja contratado por quarenta

horas semanais¹. No entanto, estas medidas não são cumpridas pela grande maioria das instituições particulares. E isto porque na rede privada não existe o comprometimento com programas de qualificação docente, nem com o estabelecimento de quadro de carreira.

É neste sentido que os cursos de enfermagem continuam crescendo e como o ensino privado é o que detém o maior quantitativo destes cursos, vagas e, portanto, o maior número de estudantes de enfermagem, ele acaba por determinar o perfil dos novos profissionais inseridos no mercado de trabalho em saúde.

A experiência brasileira é bastante singular e diferencia-se da situação observada em outros países, sobretudo europeus, onde a reconfiguração de Instituições de Ensino Superior de Enfermagem também considerou a fusão entre instituições, de modo que se possa ampliar e diversificar os serviços que prestam para além da docência, das pesquisas, dos serviços directos à comunidade, dentre outros (Souza, Silva e Correia, 2005).

Considerações finais

No Brasil estavam em funcionamento, no final da década de 60, 39 cursos superiores de enfermagem, sendo 19 (48,7%) localizados na região Sudeste; 9 (23,1%) no Nordeste; 6 (15,4%) no Sul; 3 (7,7%) no Centro-Oeste e 2 (5,1%) no Norte.

Após o Golpe Militar de 1964, muitas mudanças ocorreram no cenário da educação superior, sendo a principal delas a implantação da Lei da RU de 1968. Além disso, nas décadas de 70 a 90 vários foram os factores que propiciaram a expansão do ensino superior, principalmente no sector privado, como: o programa DAU/MEC; o Creduc; a CF de 1988; a política neoliberal, adoptada amplamente nos governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e já na segunda metade da década de 90 a LDB de 1996.

¹ Trata-se de um programa criado para substituir o Creduc, hoje extinto. Foi instituído pela Medida Provisória nº 1.827/99, de 27 de Maio de 1999 e regulamentado pela Portaria MEC nº 860, da mesma data (MEC, 2005). Este sistema acaba sendo, actualmente, um outro mecanismo de fundamental importância para a sobrevivência de boa parte do sector privado. Em cinco anos de criação, tornou realidade o acesso de 312 mil estudantes ao ensino superior, aplicando recursos da ordem de R\$ 3,85 bilhões (FIES – Financiamento Estudantil).

Constata-se que muita coisa mudou do período militar para o período neoliberal, mas, a questão é que, apesar de serem formas de governo distintas (um baseado na ditadura, e outro baseado na democracia), eles foram e são estruturados sob o modo de produção capitalista, o que os torna uma força permanente e contínua.

Vale lembrar que associados a estes factores de propulsão do ensino superior privado, nos anos 70 aos 90, estão: o baixo investimento no ensino superior público, as vantagens e o considerável incentivo do governo, até mesmo através de verbas públicas, no sector privado.

Para demonstrar o quanto o número de cursos superiores de enfermagem cresceu (lembrando que continua crescendo), destacamos que, ao final da década de 90, existiam em funcionamento 152 cursos em todo o país. Estavam localizados no Sudeste 70 cursos e na região Sul 37 cursos. Este total de 152 resultou de um aumento de 113 cursos de enfermagem entre 1970 e 1999. Destes novos cursos, a região Sudeste detinha 45% enquanto que o Sul 27,4% dos mesmos.

A partir do ano 2000, a educação superior em enfermagem teve um impulso ainda maior. Dentre os factores que favoreceram esta expansão, podemos citar o aumento do número de candidatos aos cursos de enfermagem; o investimento reduzido na educação pública; o incentivo dado pelo governo federal aos estudantes, a fim de financiar seus estudos, como é o caso do FIES e do ProUni; a LDB de 1996; o PNE de 2000; e a Reforma Universitária, que ainda se encontra em discussão.

Foi assim que, ao final do ano de 2007, havia em funcionamento no Brasil 655 cursos de enfermagem, sendo 434 nas regiões Sudeste e Sul. Somente a região Sudeste detinha 329 (50,2%) cursos deste total, sendo 306 (93%) privados e 23 (7%) públicos; e a região Sul 105 (16%) cursos, dos quais 88 (83,8%) ligados à rede privada e 17 (16,2%) à rede pública. Percebemos, através desses achados, que o crescimento do número de cursos ligados à rede privada vem ocorrendo de maneira exponencial e que num período de apenas oito anos (de 2000 a 2007), 503 novos cursos entraram em funcionamento.

Também constatamos que as regiões Sudeste e Sul concentram a maioria (66,3%) dos cursos superiores de enfermagem existentes no Brasil, até o final do ano de 2007, e uma explicação para a prevalência do sector

privado nestas regiões é atribuída ao facto de serem as duas regiões mais desenvolvidas economicamente dentre as cinco regiões do país, característica esta que de certa forma determina o investimento da rede privada.

Reflectindo sobre as reformas e mudanças pelas quais a educação tem passado, percebemos que a privatização tem sido um item de grande preocupação no sistema educacional, principalmente no que se refere à formação profissional oferecida e ao próprio processo de mercantilização da educação.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, J. R. (2004) - Educação superior no Brasil, ou carroça à frente dos bois [Em linha]. [Consult. 25 Set. 2005]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.jornaldaciencia.org.br>](http://www.jornaldaciencia.org.br).
- CAMPISTA, T. M. N. [et al.] (2009) - Panorama do campo da educação superior em enfermagem no estado do Espírito Santo. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. Vol. 13, n° 2, p. 256-264.
- CRUZ, C. H. B. (2003) - A expansão do ensino superior no Brasil [Em linha]. [Consult. 20 Set. 2005]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.comciencia.br>](http://www.comciencia.br).
- DURHAM, E. R. (1993) - Uma política para o ensino superior. Documento de Trabalho Nupes 2/93. São Paulo : Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo.
- FIGUEIREDO, E. S. A. (2006) - Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história [Em linha]. [Consult. 23 Abr. 2006]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.proec.ufg.br>](http://www.proec.ufg.br).
- GEIGER, Roger (1986) - *Private sectors in higher education. structure, function and change in eight countries*. Ann Arbor : The University of Michigan Press.
- INEP (2008) – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Em linha]. [Consult. 13 Set. 2008]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br).
- MARTINS, C. B. (1989) - O novo ensino superior privado no Brasil, 1964-1980. In MARTINS, C. B., org. - *O ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo : Brasiliense. p. 11-48.
- MATA, L. P. (2006) - As continuidades e descontinuidades da educação superior no Brasil: as reformas do ensino superior no governo militar e no governo neoliberal [Em linha]. [Consult. 23 Abr. 2006]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.uff.br>](http://www.uff.br).
- MINAYO, M. C. S. (2000) - *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde* [Em linha]. 7ªed. São Paulo : Hucitec/Abrasco. [Consult. 12 Jun. 2005]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.portalbrasil.net>](http://www.portalbrasil.net).
- PEIXOTO, Madalena Gasco (2004) - A reforma do ensino superior privado. *Princípios: revista teórica, política e de informação*

- [Em linha]. N^o 73. Disponível em WWW:<URL:<http://vermelho.org.br/museu/principios/>>.
- SAMPAIO, H. (2000) - *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo : Hucitec/Fapesp.
- SCHWARTZMAN, J. ; SCHWARTZMAN, S. (2002) - *O ensino superior privado como setor econômico* [Em linha]. [Consult. 12 Jun. 2005]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.schwartzman.org.br>>.
- SOARES, L. T. R. (2001) - *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro : Vozes.
- SOUZA, S. ; SILVA, P. ; CORREIA, C. (2005) - Nota de síntese sobre o "Projecto da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra: um processo de fusão. *Referência*. Série 2, n^o 1, p. 79-82.
- VIEIRA, A. L. S. [et al.] (2005) - Tendências do sistema educativo no Brasil: medicina, enfermagem e odontologia. In *Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil. Estudos e análise* [Em linha]. [Consult. 19 Ago. 2005]. Vol. 2. Disponível em WWW:<URL:<http://www.opas.org.br>>.
- WIKIPÉDIA (2006) - *Governo Lula* [Em linha]. [Consult. 20 Abr. 2006]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.wikipedia.org.br>>.